

A hora da decisão

Na próxima quarta-feira, na Câmara dos Deputados, será votada a emenda constitucional

ARTHUR HERDY

A luta pela representação política para o Distrito Federal terá mais um "round", na próxima quarta-feira, na Câmara dos Deputados, quando será votada a Emenda Constitucional do deputado Maurício Fruct (PMDB/PR), que estabelece eleições para a Capital da República, capitais estaduais, municípios considerados como áreas de Segurança Nacional e estâncias hidrominerais.

Esta será a sétima vez que o Congresso votará um projeto criando a representação política para Brasília, mas tudo indica que o "quorum" necessário para aprovação — 211 votos favoráveis, não será outra vez conseguido, já que precisaria da adesão de pelo menos 13 parlamentares da situação (PDS) que ao que parece ainda, se dispusessem a contrariar a orientação do seu partido. Portanto, ao que parece ainda não será desta vez que o brasileiro conseguirá o direito de eleger seus representantes.

Mas além da batalha parlamentar, o movimento pela representação política para Brasília, já extrapolou os limites do Congresso; influenciou pessoas, partidos políticos que se formaram a partir da idéia, associação de moradores, entidades representativas, como a Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal, Associação Comercial que, de público, encampou a luta e até, movimentos de base da Igreja.

Os partidos de Oposição se estruturaram e foi formado, inclusive, um Comitê pelo Voto no DF que, segundo seu presidente, Carlos Alberto Torres, embora pertença ao PMDB, "é apartidário e visa unir todas forças que lutam pela representação política para Brasília". Já se realizaram reuniões, comícios, pressões em cima dos parlamentares da oposição para que comparecessem no plenário nos dias de votação dos projetos relativos à Brasília, mas uma coisa é certa: O movimento pela representação política para o Distrito Federal ain-

da não chegou ao povo.

Para o presidente da Associação dos Vigilantes do Distrito Federal, Francisco Domingos dos Santos, que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, "a luta pela representação política, por incrível que pareça, ainda não alcançou a massa. Está a nível de salas e reuniões fechadas. A minha concepção é que temos de jogá-la para as ruas, para que o povo e o trabalhador participem. O dia que conseguirmos mobilizar todos os segmentos da população, a representação política para Brasília será aprovada, pois o governo não terá argumentos para cerceá-la".

O presidente do PT regional, jornalista Hélio Doyie, tem a mesma opinião de Francisco Domingos e acredita que, a representação política só vai ser aprovada em plenário, quando houver uma mobilização da grande maioria da população que ainda não aderiu à luta. "Como o Governo é contra os projetos, é necessário que haja uma mobilização bem abrangente, para que a população mostre que quer a representação. Ainda para que fique bem claro que não são apenas os representantes dos partidos que lutam pelo voto".

POLÊMICO

Embora o Governo seja contra a representação política para o Distrito Federal o assunto é complexo e controverso, pois o PDS local, que conta com 300 empresários filiados, é favorável. Na Câmara, alguns parlamentares já se manifestaram também favoráveis, como o deputado Erasmo Dias, o deputado Édson Lobão e, ainda outros que são a favor, mas atendem a orientação do Governo.

O escritor Sebastião Bortone, filiado ao PDS desde 1979, disse que o Distrito Federal há tempos merece a sua representação. "Conceder a representação não é um favor, é um direito. O voto é algo que todo o cidadão deve ter direito. Portanto, basta que apenas um cidadão não tenha direito ao voto, para que o País não tenha uma democracia plena.

No PMDB, a senadora Laélia Ancântara, já se manifestou contrária a representação política para o Distrito Federal. Nos dias das votações do projeto, grande parte de parlamentares não compareceu para votar. Isso, inclusive, foi ressaltado pelo deputado Édson Lobão, vice-lider da maioria, ao declarar que "se a Oposição comparecesse ao plenário, os projetos já teriam sido aprovados".

A afirmação de Édson Lobão encontra respaldo na opinião de João Miguel Barbosa, funcionário público, "simpatizante da Oposição", mas que acredita que os parlamentares da Oposição não comparecem ao plenário, "porque não têm interesse no Distrito Federal. Afinal, os votos da cidade não iria ajudá-los em nada. Portanto, eles preferem trabalhar suas bases".

Mesmo favorável à representação política para Brasília, o candidato a deputado federal por Goiás, Onísio Ludovico, do PMDB, diz que não tem o apoio do partido em Brasília.

Um empresário que é contra a representação política para a Capital da República — "pelo menos atualmente" —, e que não quis se identificar "por medo das patrulhas ideológicas ou politiquêiras", disse que seu ponto de vista decorre de que o brasileiro ainda não tem maturidade política para eleger deputados ou senadores. "Seria necessário primeiro, um trabalho de base, para formar as lideranças".

— Na minha opinião, criaríamos primeiro uma Câmara de Vereadores, que seria uma espécie de escola de política para os líderes. Atenderíamos assim, todas as cidades-satélites e setores habitacionais, com uma medida bem mais democrática e abrangente. Em seguida, partiríamos para outras etapas.

Questionado se teria atualmente um partido, o empresário, que é bem sucedido em seus negócios, disse que simpatiza com o PDT do Brizola — "o Mitterrand brasileiro", que tem uma proposta que se aproxima das minhas convicções". Disse ainda a respeito da luta pela representação que ela parte de par-

lamentares que sofrem pressões de algumas bases e, no caso, dos partidos do Distrito Federal, "de pessoas que não querem votos, ou resolver os problemas do povo e sim, ser eleitos, abocanhar as mordomias da Câmara e do Senado".

Como exemplo, ele questiona se um Senador do Distrito Federal, provavelmente um grande empresário ou a prefeita do Lago Norte, Sílvia Seabra, "iria se preocupar com a realidade de Ceilândia, do Gama, locais onde eles só v-a-o, para aproveitar a mão-de-obra dos trabalhadores".

O presidente da Associação dos Vigilantes, Francisco Domingos, também compartilha deste ponto de vista e afirma: "Muitos empresários que já se consideram eleitos, são os mesmos que atualmente oprimem os trabalhadores. Acredito que a verdadeira representação política do brasileiro será a gente poder votar em gente do povo, nas lideranças locais, como por exemplo, os atuais miniprefeitos e vereadores de quadras ou conjuntos habitacionais da periferia".

TRIBUNA

Atualmente, sem representação política — existe uma comissão do Distrito Federal no Congresso, que inclui parlamentares do PMDB e do PDS, mas que não tem nenhuma representatividade e, no momento, está sendo inclusive, pedida sua extinção porque à prática vem demonstrando que a população de Brasília usa a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Comercial, como uma verdadeira tribuna da cidade.

Para lá são encaminhados os problemas enfrentados. O presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, bem como o presidente da ACDF, Lindberg Aziz Cury, tem apoiado todas as reivindicações e denúncias da comunidade. Como exemplo, a questão das invasões, da violência policial e, ainda, campanhas de cunho filantrópico. Essas entidades também assumiram a luta pela representação política no Distrito Federal.